

**Relações de Trabalho na Armação da Lagoinha: da caça a baleia
ao beneficiamento do azeite**

Fernanda Zimmermann¹

Resumo: A Armação da Lagoinha, localizada entre a baía sul e a costa atlântica da Ilha de Santa Catarina e pertencente à freguesia do Ribeirão da Ilha, envolveu um bom número de escravos, livres e libertos nas tarefas de caça da baleia e de beneficiamento do azeite. Esta pesquisa busca discutir a distribuição das ocupações e as hierarquias estabelecidas conforme a condição social, sexo e idade, com o objetivo de entender de que forma essas classificações interferiam no distribuir das tarefas. A hipótese levantada é de que a hierarquia entre os escravos além de bem delimitada, funcionava como um estímulo para o trabalho, já que a possibilidade de ascensão ou até mesmo de alforria como recompensa por uma boa conduta e bons serviços, acabava atuando desta forma. Essas afirmações se baseiam na análise de um inventário (1816) e um conjunto de prestação de contas e balanços referentes aos anos de 1816 a 1818.

Palavras chave: Escravidão, Relações de Trabalho, Caça a Baleia.

Abstract: The Tackle in Lagoinha, located between the south bay and the Atlantic coast of the Island of pertaining Santa Catarina and to the clientele of the Brook of the Island, involved a good number of slaves and free people in the tasks of hunt of the whale and improvement of the oil. This research to argue the established distribution of the occupations and hierarchies as the social condition, sex and age, with the objective to understand of that it forms these classifications intervened with distributing of the tasks. The raised hypothesis is of that the hierarchy enters the slaves beyond delimited good, functioned as a stimulator for the work, since the emancipation or ascension possibility even though as it rewards for a good behavior and good services, finished in such a way acting. These affirmations if base on the analysis of an inventory and a referring set of rendering of accounts to the years of 1816 the 1818.

Words key: Slavery, Work Relations, Hunt of the whale.

Tema pouco abordado pela historiografia, o trabalho escravo na Armação da Lagoinha é um vasto campo a ser pesquisado. Analisando o corpo documental composto pelo inventário e o conjunto de prestação de contas e balanços do período compreendido entre 1816 e 1818, discuto a distribuição das ocupações e as hierarquias estabelecidas conforme a condição social (escravos, libertos e livres), sexo e idade, com o objetivo de entender de que forma essas classificações interferiam no distribuir das tarefas e na manutenção do trabalho e produção na Armação da Lagoinha.

Assim como discute Stuart Schwartz para a sociedade em torno dos engenhos açucareiros do nordeste, não foi apenas a mão de obra cativa que fez com que estas fossem

¹ Aluna do Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do Cnpq.

caracterizadas como sociedades escravistas, “mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores” (SCHWARTZ, 1988:214).

Mesmo com essas distinções jurídicas, livres e escravos viviam em mundos separados, mas estas categorias significavam dois pontos de uma continuidade, ambas com vantagens e prejuízos. O convívio de ambas em uma mesma unidade produtiva seria assim ao mesmo tempo um problema para o controle dos escravos e um incentivo na busca por uma ascensão nessa hierarquia, uma chance de mudança na condição social.

A sociedade escravista brasileira, com a presença do escravo africano, criou hierarquias fundamentadas nas diferenciações de cor e raça, que refletiram a organização interna das unidades produtivas, em especial as maiores, onde a diversidade de tarefas e de trabalhadores fez com que a hierarquia aparecesse de forma mais óbvia. São nessas grandes propriedades que a necessidade de trabalhos especializados, como dos feitores e artesãos, criou oportunidades de diferenciação entre cativos, forros e livres.

Pensando nestas questões referentes à divisão e hierarquização do trabalho livre e escravo onde os cativos eram largamente utilizados como base da mão de obra, este texto analisa a diferenciação do trabalho de livres e escravos da Armação da Lagoinha e a maneira pela qual, categorias como sexo, idade, condição social e origem interferiam no cotidiano dos trabalhadores e em sua chance de distinção social e na busca por uma maior autonomia.

A mão de obra na Armação da Lagoinha misturou trabalhadores remunerados e escravos, fossem alugados ou comprados no mercado de escravos. Os primeiros eram contratados principalmente para tarefas mais especializadas ou para manter a ordem, já os escravos eram distribuídos entre as tarefas de remar e no processamento do óleo.

Muito embora a escravaria realizasse a maioria dos trabalhos na armação, para as tarefas mais especializadas eram contratados trabalhadores livres, forros ou empregavam-se escravos crioulos. Havia duas formas de *contrato*. Para tarefas que se estendiam durante todo o ano empregavam-se trabalhadores que recebiam salários todo mês de acordo com o que fora previamente estipulado. Assalariados eram os feitores e arpoadores, tarefas consideradas indispensáveis na armação. Havia ainda os jornaleiros, que eram contratados para trabalhos temporários, conforme a necessidade e que recebiam conforme o serviço prestado. Havia também a figura do caixeiro, que era escolhido pelo administrador e ficava responsável pela venda do óleo.

O trabalho remunerado ultrapassava as atividades de jornaleiros e assalariados e se estendia a três outras categorias: administrativa, médica e religiosa. O administrador era responsável por supervisionar o trabalho na pesca, fábrica, oficinas e o resto do pessoal além de cuidar da contabilidade e da prestação de contas para a Administração Geral da Pesca da Baleia, com sede no Rio de Janeiro. Antônio Luís Pereira, Administrador desta Armação em 1816, recebia 350\$000 por ano de ordenado, ou seja, quase 30\$000 mensais além de \$320 réis diários para a alimentação.

Em 1817, com o novo contrato, houve uma troca na administração da Armação da Lagoinha. Em 16 de junho de 1817, a sumaca Fama vinda do Rio de Janeiro com destino a Armação da Piedade trouxe além de uma carga de quatro escravos para a dita armação, o novo Administrador da Lagoinha, José Antônio de Carvalho, que trouxe com ele sete pessoas de sua família e seis escravos, provavelmente seus. Junto com seus familiares e escravos, este trouxe carnes, vinhos, licores, aguardente, cerveja, vinagre, açúcar de todos os tipos, café, entre outros itens para sua alimentação e conforto, além de produtos que seriam destinados a armação (ELLIS, 1969: 93-110).

O cirurgião e o padre ficavam responsáveis pelos cuidados com o corpo e mente dos trabalhadores. Na remuneração ambos equivaliam-se, o que leva a crer que para a administração seus serviços eram de igual importância.

Os trabalhadores livres podiam ser contratados por longo período, como no caso dos feitores, que recebiam além do pagamento pelos serviços prestados uma importância referente ao alimento que consumiriam. A Armação da Lagoinha, entre 1816 e 1817 possuiu sempre três feitores, um padre e um médico. Estes seriam os responsáveis diretos pela fiscalização dos trabalhos. Entre 01 de junho de 1816 e 15 de março de 1817, Francisco Antônio Sanches, primeiro feitor, recebeu 74\$413. Em 15 de março foi substituído por José Diniz Pereira, que na armação trabalhou até 31 de maio de 1817 e por isso recebeu 19\$582.

Simão Barbosa trabalhou como segundo feitor entre 01 de junho de 1816 e 31 de maio de 1817 e recebeu pelos seus serviços 84\$000. Já o terceiro feitor Gabriel de Souza Quadros, no mesmo período, recebeu 49\$000 por seus serviços. Fica evidente nestes dados que mesmo entre os feitores havia uma hierarquia, reflexo da função que cada um exercia.

Os demais operários livres eram jornaleiros que recebiam conforme o trabalho diário. Estes exerciam funções de carpinteiros, calafates e pedreiros, serradores e falquejadores, funções que também eram exercidas por trabalhadores escravos. Uma terceira relação de trabalho remunerado na armação era o contrato estipulado com os arpoadores e timoneiros, que recebiam conforme o número de baleias capturadas.

Nas tarefas marítimas eram empregados trabalhadores livres, que em sua maioria faziam parte de populações litorâneas de pescadores e pequenos agricultores. Com os anos de abandono, e sem receber pelo trabalho exercido, os trabalhadores livres se dispersaram e nos quinze anos de administração da Fazenda Real velhos soldados foram recrutados para exercer as funções mais especializadas como a função de arpoador, comandar a embarcação ou manter o controle sobre os escravos na função de feitor da propriedade.

Além destes, havia os trabalhadores escravos. Alguns eram escravos alugados de outros proprietários, apenas para o período de safra. Outros, a maioria, era de propriedade da pesca da baleia. Eram comprados em mercados do Rio de Janeiro e distribuídos entre as Armações pela Real Administração. A maioria destes eram africanos vindos diretamente através do tráfico Atlântico.

No primeiro caso o proprietário do escravo negociava com o administrador o valor que deveria ser pago por cada dia trabalhado. Ao fim do contrato o escravo retornava ao poder de seu senhor. Em 1816 dois casos são registrados. No primeiro, Dona Iria Maria de Jesus alugou para o tempo da pesca, por trinta e seis dias, um escravo de sua propriedade ao preço de 160 réis diários; no segundo, João Tavares Ribeiro alugou por doze dias um dos vários escravos que possuía.

O maior grupo de trabalhadores da Lagoinha era de escravos que pertenciam a Armação. Estes haviam sido adquiridos pelos arrendatários nos últimos anos do século XVIII, período em que o funcionamento da Armação foi mais intenso, e lá permaneceram por todo o período de decadência. É provável que a Fazenda não tenha comprado nenhum novo cativo no período em que esteve responsável pela administração da Armação, nos anos compreendidos entre 1801 e 1816, já que entre os escravos arrolados no inventário não há o registro de algum escravo em idade própria para o trabalho. O que temos é uma lista que contém 46 escravos, muitos em idade avançada, sendo 18 deles ditos como “sem valor”.

Todos os escravos arrolados no inventário eram do sexo masculino, para o qual existem duas hipóteses. A primeira é a de que o trabalho na armação era considerado exclusivamente masculino, o que fez com que apenas homens fossem comprados e enviados para a armação. Outra possibilidade é de que mesmo durante a administração da Fazenda Real houvesse um intercâmbio de mulheres, homens e crianças, entre as armações do contrato e que assim as mulheres tenham sido arroladas junto aos escravos de alguma outra armação da região Meridional.

Apesar das hipóteses levantadas, o fato é que entre os escravos arrolados no inventário todos eram homens. Mesmo que mulheres houvessem sido arroladas como

escravas de alguma outra armação, o número de homens era muito superior ao de mulheres. Isso reflete uma preferência pelo trabalho masculino na armação, em decorrência do tipo de tarefa exigido da escravaria que necessitava de força, como nos casos dos remeiros ou dos falquejadores.

A idade avançada dos escravos que permaneceram na armação demonstra a ausência de crescimento vegetativo nesta população escrava, reflexo da ausência de mulheres cativas que pudessem constituir família e renovar a escravaria sem a necessidade da compra através do tráfico no qual a Fazenda Real não investiu nos 15 anos anteriores. Quarenta e cinco, dos 46 escravos da armação tinham mais de 40 anos e, na verdade, mais de dois terços estavam com mais de 60 anos de idade. Em 1817, com a tentativa de revitalização da economia da caça a baleia, mais uma vez surgem investimentos na aquisição de mão de obra.

Dos escravos que apresentam registro de origem, 80,4% provinham do tráfico Atlântico de escravos e 19,6% eram crioulos, ou seja, nascidos no Brasil. Não há registro de que estes tenham nascido na Armação, mesmo pela idade já avançada e pela ausência de mulheres. Provavelmente foram adquiridos pelo administrador já em idade de trabalho, em alguma outra localidade do país. Entre os escravos africanos, 31,5% provinham do Centro Oeste africano; 29% da África Ocidental; 5,2% da África Oriental; e cerca de 24,3% vinham de regiões ainda não identificadas. Esses números diferem dos encontrados para toda a freguesia do Ribeirão da Ilha, da qual a Armação fazia parte, no ano de 1843. Naquele ano, em uma lista nominativa da freguesia a população escrava era formada por 51% de escravos africanos, sendo aproximadamente 76% vindos da África Centro-Ocidental, sendo 35% deles só do Congo. Além disto, 15% eram da África Oriental (Moçambique), e 9% da África Ocidental (Costa da Mina).

A composição étnica da escravaria da Armação era muito diferente da encontrada em toda a primeira metade do século para a freguesia do Ribeirão e da composição étnica dos escravos que chegavam nos portos do Rio de Janeiro. Se nesses locais os escravos vindos da África Centro Ocidental perfaziam suprema maioria na composição da escravaria, o que se percebe para a Armação é o equilíbrio entre as regiões, sendo a maioria vinda do Centro Oeste Africano, principalmente da região da Costa da Mina.

Pescar baleias não era tarefa das mais fáceis e menos arriscadas. As embarcações utilizadas para abordarem o animal não eram grandes e não raras vezes afundaram, seguindo o mergulho da baleia antes que desse tempo de romper a corda do arpão. Por esse motivo antes de seguirem para o mar, estas eram abençoadas pelo padre e aí então “deslizavam pela rampa de pedra do cais da armação e flutuavam na água mansa da enseada” (ELLIS, 1969:113).

Uma vez avistado o animal, os remadores, geralmente em número de dez a doze homens, em sua quase totalidade escravos, se posicionavam e começavam a remar. À frente, o baleeiro, ou arpoador, carregava um arpão pesado de ferro e outros estavam dispostos ao seu lado. De pé, este se firmava e equilibrava-se conduzindo o barco no itinerário da caça. A baleia, por sua vez, se movimentava sendo seguida incansavelmente.

Se o animal estivesse acompanhado de seu filhote, o seu abate seria mais fácil já que atingindo o pequeno animal era bem provável que a baleia mãe fosse ao seu encontro e se transformasse em presa fácil. Sendo assim, primeiramente o arpoador acertava o lombo do filhote e o trazia para rente à embarcação. Com a aproximação da mãe esta era então capturada. Caso não houvesse filhote, o animal era perseguido, até a aproximação do arpoador, que lhe arremessava a lança. Esta era uma função exercida quase que especificamente por trabalhadores livres. Arpoado o animal, baixavam-se as velas, recolhiam e suspendiam-se os remos. A corda que prendia o arpão era atada à ponta extrema da proa da embarcação que seguia em alta velocidade o animal ensangüentado. Morta, a baleia era rebocada por um cabo atado à sua cauda e puxada pela baleeira até o local mais raso da praia. Uma canoa partia ao encontro do baleeiro a fim de conduzir o animal morto até a praia, ou mesmo até um dos trapiches. Anunciada a chegada do animal, o braço escravo era acionado para que a baleia fosse retirada da água.

Um corte na diagonal feito pelo cortador de cima da baleia, abria a baleia literalmente da cabeça à calda. Um escravo com um afiado facão a mão iniciava assim o esartejamento ou desmancho do cetáceo. A partir daí, escravos chacoteiros e retalhadores faziam grandes cortes quadrados para a retirada do toucinho para a feitura do óleo. Os retalhos de toucinho eram então removidos pelos escravos até o engenho de frigar baleias, onde eram separados da pele, picadas e lançadas em caldeiras para fundir. Após a retirada da camada de gordura a carne era retirada pelos escravos. Separada dos ossos, essa carne era dividida entre os baleeiros que podiam usá-la como alimentos ou vender para os homens livres pobres da região. Em períodos em que havia falta de carne seca, esta era utilizada para alimentar a escravaria da armação. Apesar de pouco saborosa, não era desdenhada por aqueles que não possuíam outro tipo de alimento.

As barbatanas retiradas do maxilar superior do animal também eram aproveitadas. Após serem limpas, os escravos as colocavam em tanques apropriados. Depois de secas ao sol eram enfardadas, armazenadas e exportadas para a Europa. Lá era terminado o processo de preparo, para mais tarde serem revendidas para a confecção de peças das indumentárias femininas e masculinas.

Quando era frustrada a tentativa de retirada do animal da água, os escravos retalhavam dentro da água mesmo, em uma luta incansável. Na época de safras abundantes, os animais cuja remoção da água era impossível eram abandonados, não sendo para nada aproveitados. Supervisionando o serviço de desmancho e corte da baleia, estava um homem livre, o feitor da praia, que era subordinado a um outro homem livre: o feitor-mor. Este último também era responsável pela administração do beneficiamento do óleo da baleia.

Após retirar a baleia, seu toucinho, assim como as demais partes consideradas aproveitáveis, eram retiradas, cortadas e levadas até a Casa de Frigir. Era lá que o toucinho era picado em pedaços menores e as partes conduzidas para as caldeiras e fornalhas, onde era transformado em azeite. As funções de cortar e conduzir o toucinho eram exercidas essencialmente por escravos. No entanto em meio a essas funções estava o mestre de azeite. Função mais especializada que as demais, na armação da Lagoinha era exercida por um cativo crioulo e dois sem registro de origem, que como crioulos possuíam um tratamento diferenciado com relação aos cativos africanos. Preparado o azeite, este era conduzido para tanques onde seria armazenado e posteriormente distribuído. A venda do material ficava a cargo um homem branco livre indicado pelo administrador da Armação.

Como pode ser visto na descrição das atividades de caça e beneficiamento do óleo, os escravos desenvolviam as mais diversas funções na caça da baleia ao sul da Ilha de Santa Catarina, desde remar em alto mar a processar o azeite na estrutura montada em terra firme. As principais funções identificadas no inventário que está em análise eram as de remeiro, falquejador, cortador de açougue, chacoteiro, mestre de azeite, gancheiro, cortador de cima da baleia, aprendiz de carpinteiro e pedreiro. Os escravos eram distribuídos entre essas e outras especialidades, mas o mais interessante é pensar na hierarquia existente no dividir das tarefas.

Analisando a distribuição de funções segundo a origem é possível identificar os escravos crioulos e sem origem registrados nas funções mais especializadas: mestre de azeite e contra-mestre. Havia apenas 2 crioulos para 36 africanos. O que parece certo, apesar da falta de informação quanto à origem de alguns dos que ocupavam as funções hierarquicamente mais importantes, é que nela não havia africanos. Mesmo com idade já avançada, estes não haviam alcançado destaque na hierarquia das funções.

Os trabalhadores livres desenvolviam tarefas que geralmente necessitavam maior especialização ou mesmo funções em que fazia parte das obrigações coordenar ou vigiar a escravaria e seu trabalho. Os escravos alugados eram destinados a funções que precisassem maior mão de obra em determinados períodos, como o da safra das baleias, quando o fluxo era maior e era necessário maior número braços para a pesca e o processamento do óleo.

Entre os próprios escravos havia uma hierarquia. Os escravos crioulos desenvolviam tarefas diferentes daquelas desenvolvidas pelos cativos provenientes do continente africano. Enquanto os poucos crioulos trabalhavam como mestres de azeite ou contra mestre, os cativos que eram provenientes da África, sejam de que regiões fossem, eram divididos entre tarefas que exigiam maior esforço físico como o serviço de remar, cortar a baleia, carpir, entre outros ofícios já citados acima.

Stuart Schwartz, com base na análise e descrição do caráter e das relações sociais da produção açucareira conseguiu perceber que “essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação de ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América” (SCHWARTZ, 1988:210-211).

Ou seja, a multiplicidade de condições sociais e a diversidade racial fizeram com que a hierarquia, antes determinada em escravos e livres, ganhasse outros elementos como os crioulos ou mesmo forros, fazendo com que escravos de uma mesma fazenda possuíssem autonomias diferenciadas, seguindo não apenas as divisões de cor, raça e condição social, mas também o nível de especialização do trabalho de cada um dos cativos. Essa mesma hierarquia e organização social podem ser vista na armação, onde a maior complexidade do trabalho criava funções mais especializadas. Na Armação da Lagoinha a divisão do trabalho era consequência da condição social e origem dos indivíduos, não sendo possível constatar uma ascensão na hierarquia conforme o tempo de trabalho ou como recompensa por bons trabalhos.

Outro ponto que merece destaque é que ao contrário do que havia afirmado Ellis quando diz que os cativos não eram enviados ao mar já que este oferecia uma ameaça à vida dos trabalhadores - a morte de um escravo significava a perda de um grande investimento - o que é possível perceber ao analisar as fontes é que os escravos desenvolviam funções em terra e mar, e pelas descrições dos escravos, alguns sem braços, outros decrepitos, eles não eram poupados dos serviços ditos perigosos. Isso pode indicar uma despreocupação com a diminuição do número de escravos e o provável fácil acesso à compra de novos cativos.

Bibliografia

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

- LUZ, Sérgio Ribeiro da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930**. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 1994.
- PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.
- . **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX**. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.